

VESTÍGIOS DO “LUGAR SOCIAL” NA ESCRITA DOS MEMORIALISTAS

Jackson Novaes Santos

novaisjn@hotmail.com

Aluno do Curso de Especialização em História do Brasil – UESC

1 Introdução

Não há como negar a relevância da produção dos memorialistas para a história regional, sobretudo, se considerarmos que tal produção legou à historiografia regional um vasto manancial de fontes que, com metodologia apropriada, pode ser convertida em riquíssimas pesquisas sobre a memória regional.

As obras dos memorialistas grapiunas estão presentes, inclusive, nas referências de muitos trabalhos acadêmicos sobre a região. Acreditando que, assim como o historiador, os memorialistas também deixam vestígios do lugar social em que sua produção se insere, tentaremos estabelecer uma breve reflexão sobre a história política regional e suas relações com a produção dos memorialistas.

Dessarte, num primeiro momento, teceremos um breve comentário sobre as principais características da história política regional, a carência de abordagens que se enquadrem na perspectiva historiográfica da Nova História Política, a predominância do viés historiográfico da história política tradicional e suas semelhanças com a produção dos memorialistas. Num segundo momento tentaremos analisar a produção dos memorialistas grapiunas à luz do conceito de “operação historiográfica”, formulado por Certeau, e centraremos nossa análise no primeiro momento dessa operação, ou seja, trabalharemos com o conceito de “lugar social”. Assim, discutiremos também o processo de reconhecimento, ou não, da historicidade da escrita dos memorialistas.

2 A Historiografia Política na Baiana.

Na Bahia a Historiografia Política ainda é predominantemente caracterizada pela visão convencional ou tradicional de História. Dentre inúmeras obras com forte predomínio da abordagem política tradicional merece destaque o livro do professor

Luiz Henrique Dias Tavares “História da Bahia” (2001). Neste livro sobre a história baiana, o autor estrutura sua abordagem dentro um recorte temporal que se estende do período colonial à fase republicana.

Graduado em História e Geografia pela UFBA e Pós-Doutor pela University College London, UCL, Inglaterra, o autor possui no currículo um vasto repertório de obras publicadas sobre história política. “História da Bahia”, por exemplo, teve sua primeira edição publicada em 1959, pela editora fluminense Civilização Brasileira. Nessa obra percebe claramente a característica do autor em privilegiar, em sua abordagem, os aspectos políticos. Assim, com relação ao período republicano, por exemplo, sua ênfase em aspectos como a atuação dos diferentes governadores, as estruturas partidárias, disputas sucessórias, entre outros, revelam forte tendência factual em sua abordagem. Notamos algumas destas características em trechos, como o citado a baixo, em que descreve a sucessão dos governadores republicanos:

A sucessão do governador Regis Pacheco dividiu o PSD baiano em duas candidaturas. A preferida pelo governo do estado e, ao menos na aparência, pelo PSD baiano, era a do reitor da Universidade do Brasil [...]. A outra candidatura era a do advogado [...] Antônio Balbino de Carvalho Filho, apoiada pela maioria pessedista, pela UDN juracista e pelo PTB. Foi a vitoriosa e ele governou a política e ele governou a Bahia de 1955 a 1959. (TAVARES, 2001).

No trecho selecionado é possível identificar elementos de uma escrita que privilegia os “grandes nomes”, os governantes, as datas e os grandes acontecimentos políticos. Outras nuances do fenômeno político são negligenciadas por Tavares. Quanto às fontes, além de documentos oficiais (atos, portarias, decretos, etc.), o autor costuma utilizar, também, informações extraídas de periódicos baianos. Veja, por exemplo, um trecho de uma coluna do jornal “A Tarde” utilizada pelo autor.

Com seu relativo empobrecimento a Bahia perdeu seu papel hegemônico na liderança política do país, que exerceu no tempo do Império. Nesta fase, a Bahia fez 42 ministros dos 219 que a monarquia teve. São Paulo, a segunda província no particular, contribuiu com 29 nomes para os sucessivos ministérios. (Sampaio apud Tavares, 2001, p. 495).

Metodologicamente falando, apesar de não apresentar grandes inovações metodológicas, a obra de Tavares é de grande importância, dada, sobretudo, a

possibilidade de atuar como suporte a novas investigações historiográficas, haja vista o volume de fontes documentais elencadas pelo autor.

Outra obra de profundo valor para a historiografia baiana, mas que também não apresenta grande inovação metodológica que se aproxime das concepções da nova história política é o livro “Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação”, da professora ligada à UFBA (SAMPAIO, 1998).

A autora do livro, Consuelo Novaes Sampaio, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, possui doutorado pela *the Johns Hopkins University, JHU, Estados Unidos*. Quanto ao livro em questão é fruto de sua dissertação de Mestrado apresentada à UFBA, tendo como orientador o professor Luiz Henrique Dias Tavares, foi publicado pela primeira vez em 1978, pela Centro Editorial e Didático da UFBA, em Salvador.

É interessante notar que, no seu primeiro capítulo “Estrutura Econômica e Ordem Político-Social”, Consuelo Novais Sampaio associa a situação do cenário político na Bahia, caracterizado pela influencia do fenômeno do coronelismo e pela fragilidade das estruturas partidárias estaduais, frente aos interesses personalísticos de “claques” locais, a vulnerabilidade econômica do estado. Vale destacar que este capítulo não consta na primeira edição do livro. Talvez por conta do contexto de ditadura em que se deu sua escrita, e por utilizar alguns conceitos de cunho marxista como os de “burguesia” (p. 32); “mudança estrutural” (p. 39); “conciencia de classe” (p. 40); o livro só foi ganhar esse capítulo na sua segunda edição.

Para Sampaio, uma das principais características da história da política na primeira república é a chamada “política de acomodação”, onde as manobras políticas e eventos políticos, em torno das agremiações partidárias, dão-se mais por jogo de interesse dos chefes locais, do que propriamente por identidade político-partidária.

Ao escrever a apresentação da obra, Luis Henrique Dias Tavares nos dá uma importante pista das fontes utilizadas por sua orientanda, a autora, no desenvolver de sua pesquisa. Ele nos diz que:

Antes do mais, é um livro de história política acadêmico. Ou, para ficar mais exato: um livro concebido com rigor e sistemática universitária, isto significando que não dispensou a pesquisa em arquivos públicos e pessoais; a leitura de livros e artigos então disponíveis sobre o tema [...] (TAVARES, 1998, p. 17)

Há de se destacar ainda que um dos temas, ligados à política, de maior abrangência, no que se refere ao interesse dos pesquisadores, é o do coronelismo. Talvez por conta da repercussão alcançada pela literatura amadiana no contexto literário, muitos pesquisadores se dedicaram a analisar, historicamente, a figura do coronel e seu contexto.

Entretanto, a obra de maior relevância sobre o coronelismo na Bahia é a do pesquisador da UFBA, Gustavo Falcon, “Os coronéis do cacau”. Sua produção se aproxima, de certo modo, de duas correntes historiográficas distintas. É por um lado essencialmente marxista, evocando, inclusive, inúmeros conceitos marxistas para sistematizar o coronelismo no sul da Bahia e seus efeitos, e, ao mesmo tempo, vale-se de uma abordagem que enfatiza de maneira especial à atuação das grandes figuras políticas e seus feitos.

No decorrer da obra de Falcon vários conceitos marxistas são evocados para tentar explicar:

[...] Qual a razão plausível para explicar o fato de que, mesmo constituindo a fração de e classe mais rica e poderosa de produtores rurais da Bahia, a burguesia cacaueteira não haver conseguido impor sua supremacia no Estado. (FALCON, 1995, p. 20)

Outro fato que evidencia essa, no mínimo, tendência marxista, é a existência do terceiro capítulo “Classes sociais”. Veja no trecho a baixo como o autor dá ênfase ao fator econômico, além de empregar alguns conceitos típicos do materialismo histórico:

A presença significativa de camponeses pode ser explicada pela conjunção favorável de alguns fatores, além do **estímulo vital** representado pela demanda do mercado internacional. Em primeiro lugar, pela desorganização precedente da **base de produção** anterior expressa na crise do **escravismo**. [...] Daí não ter podido se constituir como mão-de-obra para o cacau. A transição para a das **relações de trabalho** livre estava mesmo deflagrada antes da extinção oficial do trabalho servil (grifo nosso). (FALCON, idem, p. 53)

A marcante ênfase à atuação das lideranças locais em detrimento dos demais sujeitos históricos é outra característica presente na obra do autor. Como exemplo disso, encontramos em seu livro, da página 72 a 80, várias ilustrações com destaque dos principais coronéis da cidade de Ilhéus, destacando seus feitos e características biográficas.

3 A produção dos memorialistas regionais e sua relação com o “lugar social”

Como no cenário estadual, a região cacauêira ainda não apresenta uma tradição historiográfica que reflita características das novas contribuições teórico-metodológicas da “Nova História Política”. Pelo contrário, grande parte da literatura que versa sobre a temática política regional não advém de pesquisas com metodologia historiográfica apropriada, uma vez que, salvo raríssimas exceções, tais obras não foram feitas por historiadores e sim por memorialistas.

O que se verifica na análise da produção bibliográfica sobre a política regional é que profissionais de outras áreas do conhecimento (jornalistas, advogados, médicos, etc.) reclamam para si a incumbência de contar a história da região, atuando como “guardiões da memória regional”. Estes autores, geralmente com o intuito de narrar a “história” das cidades onde nasceram, ou residiram à maior parte do tempo, dão uma característica muito peculiar a história regional, ou seja, a possuir uma considerável produção bibliográfica sobre a política local, sem que, no entanto, tal produção seja feita por historiadores.

Assim, com relativa liberdade metodológica – se é que haja, necessariamente, uma preocupação metodológica explícita ou implícita no processo de construção no texto do memorialista¹ - sem se preocupar ou se prender da mesma maneira, às imposições que o “lugar social” impõe ao historiador, estes autores construíram suas narrativas sem, contudo, deixar de revelar traços de uma escrita resultante de uma “operação” que, se não historiográfica, mas, talvez, uma “operação literária”, assim como a historiográfica, também deixa vestígios.

É comum, entre as inúmeras cidades da região cacauêira, a existência de memorialistas locais que se propuseram a “contar” os principais “fatos”² da trajetória histórica destas cidades. Vale destacar que, como ocorreu em toda Bahia – e no Brasil de um modo geral - a maior parte dos municípios da região é de fundação

¹ Vale pontuar, com tudo, que muitos desses memorialistas, a exemplo de Bore de Barros e Adelindo Kfoury Silveira, foram, ou são, membros de institutos como o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico da Bahia) e, certamente, suas produções, sofreram influência do “lugar social” (utilizo aqui um conceito de Michel de Certeau) onde produziram. Contudo, há diferenças substanciais no fazer historiográfico do historiador e no memorialista, assunto que não é interesse específico deste texto, mas que merece uma investigação mais aprofundada.

² Geralmente fatos políticos (ocupação, atos cívicos, desenvolvimento, visita de personagens ilustres, a emancipação, etc.

recente, sendo que estes municípios “adquiriram³” sua emancipação política em meados da década de 60 do século XX⁴.

Sem a mesma preocupação metodológica com as fontes, mas características e estilos narrativos semelhantes à História Política Tradicional, a literatura política local⁵ é amplamente utilizada como fonte por pesquisadores dos cursos de História, notadamente os da UESC, em suas pesquisas.

Assim, se pensarmos o processo historiográfico como nos foi teorizado Certeau, como “[...] a relação com entre um lugar [...], procedimentos de análise [...] e a construção de um texto” (CETEAU, 2000, p. 66), em todas essas etapas essa “operação” se distingue da “operação” empreendida pelos memorialistas, sendo as últimas, portanto, não-historiográficas.

Atendo-nos, no que tange as três etapas acima descritas, somente a etapa que correlaciona as práticas do autor com o lugar social - por ser um dos objetos deste texto e porque a discussão em torno das demais desembocaria na necessidade reflexão mais aprofundada, ficando, por tanto, adiada para discussões futuras – a diferença básica entre a produção do historiador e a do memorialista é que “as leis do meio” não são as mesmas.

Assim, como nos lembra Certeau (2000, p. 72):

Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho. Não “recebido” pelo grupo, o livro cairá na categoria de “vugarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como historiográfico. Será necessário ser acreditado para acender à anúnciação historiográfica.

Por não está sujeito as imposições das mesmas leis do meio do historiador o memorialista acaba produzindo uma escrita valendo-se de práticas distintas a dos

³ Utilizamos a expressão “adquiriram” ao invés de “conquistarem” - como é corriqueiro nos textos de memorialistas regionais e mesmo em muitos textos acadêmicos, pautados em uma visão tradicional da História - por acreditarmos que ao fenômeno emancipatório é comumente atribuído um contexto de “luta” e de “conquista popular” muitas vezes desproporcional e não condizente com as especificidades históricas do processo, uma vez que inúmeros fatores podem ter sido determinantes para o “fenômeno emancipatório”, e não somente as articulações locais. Sobre esse assunto tratamos de forma mais específica e abrangente no nosso estudo sobre “A emancipação política de Almadiana” (SANTOS, 2009).

⁴ Tomamos, nestes casos, o ato de emancipação política como marco simbólico da fundação de um município.

⁵ Usamos a expressão “literatura política” ao invés de “historiografia política” por nos referirmos às obras publicadas por memorialistas que, nos casos estudados, mesmo apresentando algumas semelhanças com a história política tradicional (menção de fontes, uso da narrativa, cronologia, etc.) não possui reconhecimento, enquanto produção historiográfica, pela grande maioria dos historiadores, por conta do tratamento metodológico inapropriado conferido a essas fontes.

historiadores, isso pode se dar com relação ao tratamento das fontes, ao uso de conceitos, entre outros aspectos. O fato é que, por não se enquadrar nos caminhos trilhados norteados pela aceitação do grupo a produção do memorialista, geralmente, não é reconhecida pelos historiadores, como uma obra de valor historiográfico, uma vez que, a obra de um autor, só tem valor histórico quando é reconhecida pelos seus pares (Idem, p. 72).

Esse fenômeno é notado, no contexto regional, pelos memorialistas que buscam a aceitação dos historiadores por se considerarem como tal.

Em entrevista no site “A REGIÃO”, em maio de 2003, Adelindo Kfury, memorialista grapiúna, queixa-se da falta de reconhecimento dos historiadores da UESC com relação às suas obras:

[...]Por paradoxal que pareça não tenho tido muitas oportunidades de divulgar a história de Itabuna que, de certa forma, está “obstaculada” porque a minha universidade, a Uesc, não me reconhece como historiador regional e não divulga o meu trabalho. (A REGIÃO, 2003).

A relação de descrédito evidenciada por Kfury, nesta entrevista, corrobora com a idéia Certeau de que para ser reconhecido como historiográfico o texto precisa ser “recebida” pelo grupo, é o que ele chama de “as leis do meio” (Certeau, 2000, p. 72). Temos, diante do exposto, um nítido exemplo de como o “lugar social” exerce uma influencia substancial no processo de escrita da história.

Com isso, a história local vem sendo construída, sobretudo, tendo como fontes a produção dos memorialistas, sendo que essa produção não é reconhecida, pelos motivos já expostos acima, como sendo histórica.

Considerações Finais

Diante de um cenário historiográfico onde ainda predomina a fórmula tradicional da investigação histórica, chama atenção o fato de que grande parte da produção bibliográfica sobre os acontecimentos políticos regionais seja oriunda da produção dos memorialistas.

No meio acadêmico regional, sobretudo na área de inserção da UESC, verifica-se certo descrédito dos historiadores com relação à produção dos memorialistas, a pesar da presença, enquanto fontes secundárias, da obra dos

memorialistas, na produção dos historiadores que se dedicam as temáticas regionais.

Um dos fatores que explicam o “descrédito” conferido às obras destes memorialistas é a ausência, em tais obras, dos elementos que caracterizam as “leis do meio”, ou seja, o “lugar social” de onde falam os historiadores não é compatível com o “lugar social” dos memorialistas, fato que acaba gerando essa falta de reconhecimento.

Referência Bibliográfica

A REGIÃO. “Tenho uma mágoa muito grande de não ser respeitado pela UESC”. Entrevista com Adelindo Kfury Silveira, 2003. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregiao/entrev/e-adelindo.htm>>. Acesso em 02/06/2009.

BARROS, Francisco Borges de. Memórias sobre o município de Ilhéus. 3. ed. Ilhéus – BA: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

CERTEAU, Michel de. A cronologia, ou lei mascarada. In: “A Escrita da História”. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000. (96-99).

FALCON, Gustavo. Os coronéis do cacau. Salvador: Inamá: centro editorial e didático da UFBA, 1995.

FERREIRA, Marieta de Novaes. A nova “velha história”: o retorno da História Política. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 05, nº 10, 1992, 265 – 271.

RÉMOND, René. Por que a história política? Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7 – 19.

_____. Por uma História Política / Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

SANTOS, Jackson Novaes. A emancipação política de Almadina. Monografia de graduação de Curso. Ilhéus, 2009.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Itabuna Minha Terra. 2. ed. Itabuna: O Autor, 2002.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Historia da Bahia**. 10. ed. Sao Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001

_____. Apresentação. In: “Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação”. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998. (17 – 19).